

Nota Informativa

Edição 192/2024

DESTAQUES

Lira sinaliza “modo turbo” para votar regulamentação da tributária, pacote fiscal e orçamento

ANPD fiscaliza 20 empresas por falta de Encarregado e canal de comunicação adequado

Abinee prevê regime especial para ‘data centers’

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

TCU avalia compras de Serpro e Dataprev e quer mais competição nas licitações de salas-cofre

Desenvolvedores apostam em códigos verdes para diminuir impacto ambiental de aplicativos

Setor eletroeletrônico volta a crescer em 2024

MCTI lança dois editais no valor total de R\$ 1,2 bilhão para reforçar o apoio à infraestrutura de pesquisa científica

Definir autoridade de cibersegurança é prioridade para o Brasil, diz relatório

Conhecimento sobre IA aumenta percepção de riscos da tecnologia e desejo por regulamentação na América Latina, revela estudo

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Receita e Serpro vão cobrar por uso de API

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senado Federal aprova indicação de novo Diretor para a ANPD

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

72% das MEIs aderiram ao Desenrola Pequenos Negócios

BC entra em projeto global de open finance e compartilhamento de dados

Índice de atividade do BC sobe 0,14% em outubro

Produção industrial cresce 3,4% até outubro e 5,8% na comparação com ano passado

Estudo aponta ganhos em serviços e indústria do Brasil em acordo do Mercosul com UE

EDUCAÇÃO

Proposta nacional é mais flexível sobre armazenamento de celular na escola

JUDICIÁRIO

STF não tem a expertise para julgar as redes, diz Fux

POLÍTICA

Lula realiza novos exames e tem dreno intracraniano retirado sem intercorrências

RELAÇÕES EXTERIORES

Senador Irajá faz balanço do grupo parlamentar ligado ao Brics

SOCIAL

AGU diz ao STF que governo não tem como barrar uso do bolsa família em bets

DESTAQUES

Lira sinaliza “modo turbo” para votar regulamentação da tributária, pacote fiscal e orçamento

Poder Legislativo | 13/12/2024 – 12h42min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou a aliados que acionará a partir de segunda-feira o “modo turbo” para garantir a aprovação do principal projeto de regulamentação da reforma tributária, do pacote fiscal enviado pelo governo ao Legislativo e do Orçamento na semana que vem. O alagoano já convocou sessão para segunda-feira, às 17h, e espera que reuniões e conversas à distância ao longo do fim de semana destravem a tramitação de todas as proposições. Diante da disposição em entregar a aprovação das medidas, Lira cancelou desde a realização das sessões das comissões temáticas, com o objetivo de ter a força total dos parlamentares concentrada no plenário da Casa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD fiscaliza 20 empresas por falta de Encarregado e canal de comunicação adequado

Poder Executivo | 13/12/2024 – 10h35min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) iniciou um processo de fiscalização envolvendo 20 empresas de grande porte que não indicaram o contato do Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme exigido pelo Artigo 41 da Lei Geral

de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A medida também se estende a organizações que, além de não disponibilizarem um canal de comunicação adequado para atender aos titulares de dados, oferecem canais que não são efetivos, dificultando o exercício de direitos como acesso, correção e exclusão de dados pessoais. A iniciativa integra o Ciclo de Monitoramento e está alinhada ao Mapa de Temas Prioritários 2024-2025, que destaca a garantia dos direitos dos titulares como um dos eixos centrais de atuação da Autarquia. “A ausência de um Encarregado ou de um canal de comunicação eficaz impede que os titulares de dados exerçam seus direitos e compromete a transparência no tratamento de informações pessoais. Esse cenário prejudica tanto os titulares quanto a atuação da ANPD, que depende da interlocução para assegurar a conformidade com a LGPD”, explica Fabrício Lopes, Coordenador-Geral de Fiscalização da ANPD. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abinee prevê regime especial para ‘data centers’

Poder Executivo | 13/12/2024 – 05h01min

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) espera que no primeiro semestre de 2025, servidores de alta capacidade produzidos no Brasil para equipar centros de dados (ou “data centers”) terão isenção de imposto de importação e imposto sobre produtos industrializados (IPI) previstos no Processo Produtivo Básico (PPB). A expectativa da entidade se baseia em conversas mantidas sobre o tema com representantes do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). “Acreditamos que teremos um PPB específico para ‘data centers’ ainda no primeiro semestre de 2025”, disse o diretor de Informática da Abinee, Mauricio Helfer, na quinta-feira (12) a jornalistas. “O país não pode perder oportunidade de ter toda a parte de infraestrutura, especialmente servidores e armazenamento, com produtos que têm total condição de serem produzidos localmente”, defende o representante da Abinee. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

TCU avalia compras de Serpro e Dataprev e quer mais competição nas licitações de salas-cofre

Poder Legislativo | 13/12/2024 – 14h55min

O Tribunal de Contas da União publicou uma [Nota Técnica](#) (1/24), para orientar os órgãos públicos com critérios e estratégias de controle para as contratações públicas de serviços de instalação e manutenção de salas-cofre utilizadas em data centers governamentais. Segundo o TCU, o documento visa reduzir restrições à concorrência e ampliar a competitividade no setor. As salas-cofre são estruturas críticas que garantem a proteção de equipamentos e dados contra ameaças físicas, como incêndios, acessos indevidos e condições ambientais adversas. A certificação das instalações, geralmente baseada na norma ABNT NBR 15247, é considerada essencial para assegurar a segurança do ambiente. Os órgãos da administração pública instalam salas-cofre para armazenar e processar dados sensíveis da população, como cadastros, características pessoais, documentos, certidões, imagens, protocolos e outros arquivos capazes de identificar e criar histórico sobre a vida dos cidadãos. Tais informações norteiam políticas sociais, ações afirmativas, garantia da segurança pública e outras situações com impacto direto na cidadania e na coletividade. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desenvolvedores apostam em códigos verdes para diminuir impacto ambiental de aplicativos

Mercado | 13/12/2024 – 09h

Criadores de sites, programas e aplicativos para aparelhos móveis e televisores têm adotado técnicas mais "limpas" na hora de criar os sistemas que serão utilizados por milhares de usuários. São práticas conhecidas como software verde, um conceito antigo, mas que tem ganhado força agora, especialmente entre empresas estrangeiras. O objetivo é reduzir o custo ambiental crescente que surge com o uso das tecnologias da informação e sistemas de inteligência artificial (IA). Consultar o saldo bancário ou pedir ajuda a uma IA, por exemplo, consomem água e energia, um impacto que já tem sido calculado. Pedir entre 10 e 50 respostas do Chat GPT equivale a "beber" uma garrafa de 500 ml de água, segundo Shaolei Ren, professor associado da UC Riverside —sem falar dos bilhões de quilos de lixo eletrônico produzidos todo ano no mundo. No Brasil, o movimento ainda é incipiente, devido à falta de investimentos e políticas públicas de incentivo, afirmam especialistas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor eletroeletrônico volta a crescer em 2024

Mercado | 13/12/2024 – 05h01min

Depois de encolher em 2023, a indústria elétrica e eletrônica encerra 2024 em franca recuperação. O setor projeta fechar o ano com faturamento de R\$ 226,7 bilhões, um crescimento de 11% em relação a 2023, e uma expansão de 10,2% na produção física. A projeção para 2025 é de aumento de 6% no faturamento, para R\$ 241 bilhões, e de 5% na produção física. O cenário é da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O resultado de 2024 veio acima do esperado pela entidade, que antes projetava avanço de 7% em 2024, e mostra que o setor se recuperou após uma queda de 6% no ano passado, para R\$ 204,6 milhões, e recuo de 10% no volume de produção ante 2022. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI lança dois editais no valor total de R\$ 1,2 bilhão para reforçar o apoio à infraestrutura de pesquisa científica

Poder Executivo | 12/12/2024 – 18h40min

Na sede da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em Brasília, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou dois editais do Pró-Infra no valor total de R\$ 1,2 bilhão para reforçar o apoio à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica no Brasil. O lançamento foi feito na quinta-feira (12/12), com o auditório lotado por reitores e representantes das Instituições de Ensino Superior. O primeiro edital é o Pró-Infra Expansão e Desenvolvimento, que aloca R\$ 700 milhões para modernizar parques laboratoriais de entidades como universidades e centros de pesquisa. Dos recursos, R\$ 200 milhões são exclusivos para contemplar as unidades de pesquisa do MCTI. "A gente sabe que as vinculadas do Ministério estão precisando do suporte e estão comemorando esta notícia", afirmou a ministra. O MCTI possui 16 unidades de pesquisa. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Definir autoridade de cibersegurança é prioridade para o Brasil, diz relatório

Poder Legislativo | 12/12/2024 – 16h22min

É prioritário definir o modelo de atuação de uma autoridade de segurança cibernética para o Brasil, diz o relatório de avaliação da Política Nacional de Cibersegurança aprovado na

Comissão de Relações Exteriores (CRE) em reunião na terça-feira (10). O texto do senador Esperidião Amin (PP-SC), aprovado em votação simbólica, destaca o crescimento dos crimes cibernéticos no país e sugere que a responsabilidade da segurança digital no Brasil é tratada de forma "fragmentada" em diversas agências. — Para tanto, sugerimos que o Executivo encaminhe, com maior brevidade possível, um projeto de lei que estabeleça a forma de funcionamento da autoridade — disse Amin. O senador citou documentos de fontes externas que, na sua opinião, embasam a conclusão de que o Brasil precisa investir na providência. Um exemplo é um estudo do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) sobre agências de segurança cibernéticas de vários países. O documento encontrou, como ponto em comum, a coordenação entre setor público, setor privado e setor de defesa. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conhecimento sobre IA aumenta percepção de riscos da tecnologia e desejo por regulamentação na América Latina, revela estudo

Mercado | 12/12/2024

A maioria (55%) das pessoas na América Latina é a favor da regulamentação da inteligência artificial, com a proporção subindo para 65% entre quem tem bom conhecimento sobre a ferramenta, mostra pesquisa divulgada na segunda-feira (09.12) pela Luminare, com dados encomendados ao Instituto Ipsos. Entre os indivíduos que têm bom nível de entendimento da IA, 72% no México apoiam a regulamentação, 67% na Colômbia, 64% no Brasil, e 56% na Argentina. A pesquisa "DemocracIA: Percepções sobre inteligência artificial e democracia em Argentina, Brasil, Colômbia e México" mostra que o efeito do conhecimento sobre a IA também se reflete no aumento da percepção de riscos. Enquanto 40% das pessoas na América Latina acreditam que a IA pode afetar a integridade das eleições, a proporção sobe para 47% entre quem tem bom entendimento sobre a inteligência artificial. No caso, o Brasil lidera com 52%, seguido por Colômbia (51%), México (47%), e Argentina (39%). Na região mais desigual do mundo, 37% das pessoas entrevistadas concordam que a IA pode aumentar as desigualdades em seus países. A proporção sobe para 44% entre quem declara conhecer bem a ferramenta. As pessoas no Brasil com bom entendimento da IA e que pensam que ela pode ampliar desigualdades são 52%. Na Colômbia, 44%, no México, 43%, e na Argentina, 37%. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Receita e Serpro vão cobrar por uso de API

Poder Legislativo | 13/12/2024 – 11h55min

A Receita Federal e o Serpro começaram a discutir com as empresas de TI a implementação prática da série de mudanças legais das sucessivas fases da reforma tributária em curso. Em que pese as muitas incertezas – o Congresso ainda discute e regulamentação da reforma no [PLP 68/24](#) – há algumas linhas de trabalho porque o prazo é curto e algum desenvolvimento já começou. Uma delas é que a troca de informações entre empresas e Fisco será paga, nos moldes da monetização de APIs do Serpro, por meio do Integra Contador. Um software inicial está rodando desde junho na Receita e no momento o Serpro se debruça sobre o que se entende como coração do novo sistema tributário, a apuração assistida. A ideia é que o Fisco terá uma calculadora oficial do tributo a ser pago, inclusive com os dados das alíquotas, em código aberto. Parte do ineditismo é justamente disponibilizar essa ferramenta de conformidade. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senado Federal aprova indicação de novo Diretor para a ANPD

Poder Executivo | 12/12/2024 – 17h46min

Indicado pelo Presidente da República para compor o Conselho Diretor da ANPD, Iagê Miola foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira (11/12) e teve sua indicação aprovada pelo Plenário do Senado Federal na quinta-feira (12/12). A designação do novo diretor será concluída após a publicação de sua nomeação pelo Presidente da República no Diário Oficial da União. Iagê Miola assumirá a vaga aberta após o término do mandato da ex-diretora Nairane Rabelo, que deixou as suas funções na ANPD em novembro de 2023. Atualmente exercendo o cargo de Assessor Especial do ministro Vinícius Marques de Carvalho da CGU, Iagê Miola é doutor em Direito e Sociedade pela Università degli Studi di Milano, mestre em Sociologia Jurídica pelo International Institute for the Sociology of Law (IISL) e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), além de coordenar o Grupo de Pesquisa Direito, Economia e Sociedade (GDES) e o Observatório do Poder Econômico (OPE) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)..

Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

72% das MEIs aderiram ao Desenrola Pequenos Negócios

Mercado | 13/12/2024 – 15h38min

O programa Desenrola Pequenos Negócios registrou uma adesão de 72% dos MEIs (microempreendedores individuais) no Brasil. A iniciativa busca auxiliar empreendedores inadimplentes a regularizarem suas situações financeiras. Lançado em 13 de maio de 2024, o Desenrola também atende às MEs (microempresas) e EPPs (empresas de pequeno porte). Uma pesquisa do Sebrae aponta que 93% dos MEIs endividados até janeiro de 2024 aderiram à iniciativa. Os contemplados pelo programa têm a possibilidade de reinvestir em seus negócios e acessar novos empréstimos em condições mais favoráveis. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC entra em projeto global de open finance e compartilhamento de dados

Poder Executivo | 13/12/2024 – 11h40min

O BC (Banco Central) participará do projeto Aperta (“aberto”, em latim) do BIS (Banco de Compensações Internacionais) que conecta infraestrutura de open finance com empresas de diferentes países. Segundo a autoridade monetária, o objetivo é reduzir custos nas finanças globais e permitir o compartilhamento transfronteiriço de dados de forma contínua. O comunicado foi divulgado na 6ª feira (13.dez.2024). O open finance, ou sistema aberto, é a possibilidade de clientes permitirem o compartilhamento de informações de diferentes instituições do sistema financeiro autorizadas pelo Banco Central. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Índice de atividade do BC sobe 0,14% em outubro

Poder Executivo | 13/12/2024 – 09h31min

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,14% em outubro, na comparação dessazonalizada com o mês anterior, conforme divulgado na sexta-feira pela autoridade monetária. Em setembro, o indicador teve alta de 0,88% (dado revisado de aumento de 0,84%). A mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data era de elevação de 0,1%. O dado ficou dentro do intervalo das projeções, que iam de queda de 0,3% a

crescimento de 0,74%. No trimestre encerrado em outubro, a alta foi de 1,2% em relação aos três meses anteriores. No acumulado do ano, houve elevação de 3,7%. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Produção industrial cresce 3,4% até outubro e 5,8% na comparação com ano passado

Mercado | 13/12/2024 – 09h

Na comparação com outubro de 2023, a indústria avançou 5,8% e as taxas positivas foram verificadas em 16 dos 18 locais pesquisados. Já no acumulado em 12 meses houve alta de 3,0%, com 17 dos 18 locais analisados mostrando resultados positivos, enquanto o índice acumulado no ano teve expansão de 3,4%, com resultados positivos em todos os 18 locais observados. A indústria nacional está 2,6% acima do seu nível pré-pandemia. Os dados de outubro de 2024, captados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, foram divulgados pelo IBGE. A força da produção industrial é confirmada pela pesquisa, apesar de um recuo de 0,2% na comparação com setembro de 2024, em virtude da diminuição de ritmo em quatro dos 15 locais investigados. As maiores quedas foram registradas por Rio Grande do Sul (-1,4%) e Rio de Janeiro (-1,3%). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estudo aponta ganhos em serviços e indústria do Brasil em acordo do Mercosul com UE

Mercado | 13/12/2024 – 05h

Com o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), o agronegócio é o grande beneficiado, mas o arranjo pode trazer ganhos também para a indústria brasileira, inclusive a de transformação, afirmam economistas. No médio prazo, acrescentam, o acordo pode aumentar a produtividade brasileira e atrair investimentos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que até 2040, o agronegócio teria aumento de produção de 2%, equivalente a US\$ 10,9 bilhões, enquanto na indústria extrativa mineral o ganho seria de 0,08%, ou US\$ 126 milhões, e na de transformação, 0,04%, ou US\$ 498,5 milhões. Serviços, por sua vez, teriam ganho de 0,41%, ou US\$ 9,9 bilhões. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Proposta nacional é mais flexível sobre armazenamento de celular na escola

Poder Executivo | 13/12/2024 – 09h

A lei aprovada em São Paulo para o banimento do uso do celular por estudantes de escolas públicas e privadas do estado é mais clara quanto à forma de armazenar os aparelhos nas escolas do que o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Ambas as normas proíbem a utilização dos celulares pelos alunos da educação básica, do infantil ao ensino médio, em todo o ambiente escolar, incluindo aulas, recreios, intervalos e atividades extracurriculares. Mas, enquanto o projeto de lei nacional –que foi aprovado pelas comissões da Câmara e agora seguirá ao Senado– não menciona a forma de armazenamento, a lei já sancionada em São Paulo define que os aparelhos deverão ser guardados de modo que os estudantes não tenham acesso a eles. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF não tem a expertise para julgar as redes, diz Fux

Poder Judiciário | 13/12/2024 – 12h57min

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux defendeu na 5ª feira (12.dez.2024) que a melhor forma de prestar segurança jurídica aos casos que a Corte não possui capacidade institucional para analisar é devolvê-los. Citou a dificuldade da regulação das redes sociais em meio ao advento da IA (inteligência artificial). “Eu particularmente sou contrário a essa postura e interpreto a Constituição, às vezes, como a obrigação do Supremo decidir não decidir, e devolver [o caso]. É a melhor forma de prestar justiça em casos em que o Supremo não tem capacidade institucional”, declarou durante a 6ª edição do seminário STF em Ação. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula realiza novos exames e tem dreno intracraniano retirado sem intercorrências

Poder Executivo | 13/12/2024 – 10h20min

De acordo com boletim médico divulgado na noite da quinta-feira (12/12), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou novos exames laboratoriais e, no início da noite, foi retirado o dreno intracraniano, que havia sido colocado na cirurgia da última terça-feira (10/12). O procedimento ocorreu sem intercorrências. O presidente segue internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, sob cuidados intensivos. Ainda segundo o boletim, Lula permanece lúcido e orientado, conversando normalmente, alimentou-se bem e recebeu visitas de familiares. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Senador Irajá faz balanço do grupo parlamentar ligado ao Brics

Poder Legislativo | 13/12/2024 – 09h39min

O senador Irajá (PSD-TO) fez um balanço, em pronunciamento na quinta-feira (12), das ações de fortalecimento das relações entre o Parlamento e o grupo do Brics, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além de Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e Irã, que aderiram ao bloco em 2024. O parlamentar, que é presidente do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics, criado em maio de 2023, ressaltou que seu objetivo é promover e consolidar laços entre os países membros. O Brasil vai assumir a presidência rotativa do Brics em 2025. O senador destacou que, em outubro de 2023, foi lançado o Instituto de Desenvolvimento do Brics (Idbrics), oficialmente vinculado ao grupo do Brics no Senado e no Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, as duas instituições somam esforços para integrar o Brasil de forma ainda mais significativa ao cenário global. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SOCIAL

AGU diz ao STF que governo não tem como barrar uso do bolsa família em bets

Poder Executivo | 13/12/2024 – 11h24min

A Advocacia-Geral da União (AGU) disse ao Supremo Tribunal Federal (STF) que há “barreiras de ordem prática de difícil superação” para impedir o uso de benefícios sociais em apostas esportivas online - as chamadas “bets”. Em novembro, o ministro Luiz Fux determinou que o governo tome medidas para proibir que recursos do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros programas sociais sejam direcionados ao pagamento da modalidade de apostas. A decisão foi confirmada por unanimidade pelo plenário.

“Conquanto louvável e necessária a preocupação com a situação econômica de indivíduos e famílias vulneráveis, a adoção de ‘medidas imediatas’ encontra barreiras de ordem prática de difícil superação”, disse a AGU em manifestação enviada à Corte. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)